



Moção

Pela urgente normalização do sistema de transportes rodoviários

A criação da empresa TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, que gere a marca Carris Metropolitana, foi uma decisão corajosa e ousada de todos os municípios da AML, que delegaram nesta estrutura as suas competências de entidade gestora de transportes, tendo por objetivos a criação do efeito de escala e a mudança de paradigma do transporte público na região mais populosa do país. Era urgente uma resposta às alterações climáticas, com políticas integradas e sustentáveis, que levassem ao incremento da utilização de transporte público, com maior intermodalidade, recurso a energias renováveis e qualidade.

O primeiro passo para esta revolução foi dado com a criação do Passe “Navegante”, que permitiu uma solução tarifária com enormes vantagens para as famílias e que o município de Alcochete apoiou e financia desde a primeira hora, levando, desde logo, ao aumento da utilização do transporte público.

A concessão do serviço de transporte público rodoviário à empresa Alsa Todi, que venceu o concurso internacional desenvolvido pela Área Metropolitana de Lisboa (AML) para a área 4, composta pelos municípios de Alcochete, Montijo, Moita, Palmela e Setúbal, representou o culminar de um enorme esforço técnico, político e de congregação de vontades de todos os municípios da AML, que se propuseram realizar uma transformação sem precedentes no que à oferta e serviço de transporte público dizia respeito.

A expectativa para o início da operação era enorme, pois o consórcio composto pelas empresas Alsa e Transportes Luisa Tody, Lda, conta no seu historial com mais de 100 anos ao serviço do transporte público. A empresa espanhola Alsa é líder no mercado espanhol dos transportes rodoviários, com presença no Reino Unido, Europa Continental, América do Norte, Norte de África e Médio Oriente e conta com mais de 14.500 trabalhadores nos seus quadros.

Acrescia a estes dados, o facto de contar com uma frota de autocarros completamente nova, moderna, tecnologicamente avançada e amiga do ambiente.

Na entrada em operação a 1 de junho de 2022 era expectável algumas dificuldades no arranque do serviço, o que veio a confirmar-se, embora numa escala muito maior do que seria razoável. Desde a primeira hora que existe falta de motoristas e até conflitos laborais que dificultaram bastante os primeiros tempos da operação. No entanto, com o acompanhamento técnico e político diário, quase hora a hora, foi possível aos poucos ir resolvendo problemas, fazendo ajustes e o sistema estabilizou durante os meses de verão, embora sempre com dificuldades operacionais muito significativas.

Refira-se, que no outro lote da Península de Setúbal, a área 3, iniciado a 1 de julho, a situação é idêntica e os municípios da margem norte adiaram a entrada em operação para 1 de janeiro de 2023.

No Conselho Metropolitano realizado a 25 de agosto e após várias reuniões técnicas com vista à preparação do ano escolar, o município questionou e alertou para o início do ano letivo, um período particularmente sensível para as crianças e suas famílias, que levaria a um incremento de carreiras e a um aumento significativo do número de utilizadores. Fomos informados pela TML, que tinha garantias do operador do pleno funcionamento de todas as linhas e horários escolares, afirmando que estavam garantidas todas as condições para o início do ano escolar sem percalços.

Infelizmente, como está à vista de todos, tal realidade está muito, mas muito longe de ter acontecido.

A justificação que, de há algum tempo a esta parte, obtemos por parte da TML e do operador é que faltam motoristas, que não conseguem recrutar no mercado nacional e que, por esse motivo, estão a recrutar 61 motoristas em Cabo Verde para suprir as carências de mão de obra.

No entanto, esta justificação, só por si, é inaceitável e claramente insuficiente!

Ainda antes do início da operação alertamos para o facto de a Loja do Espaço Navegante não permitir o acesso a utentes com mobilidade reduzida, o que ainda hoje acontece, sem qualquer resolução. A Autarquia forneceu uma lista de imóveis particulares que poderiam servir para os efeitos pretendidos, mas até ao momento não obtivemos resposta relativamente à resolução da situação, relembrando, que esta é uma responsabilidade do operador.

Também antes da entrada em operação, detetámos falhas na informação da rede, e embora não fosse nossa competência, fizemos correção de traçados, de georreferenciação e de nomenclatura de locais de paragem, para garantir o sucesso da rede. Partilhámos toda a informação com TML e o operador, contudo, continuamos a detetar falhas diárias, tais como, carreiras que não param nos locais estabelecidos na respetiva linha, circulações inexistentes e/ou realizadas de forma aparentemente aleatória, circulações efetuadas por linhas anteriormente operadas pelos TST que levam a que novas rotas e novas paragens não sejam contempladas.

Continuam a ser detetadas diariamente falhas nos horários, que são prontamente reportadas pelos nossos serviços técnicos, circulações por realizar, atualizações de horários não colocados nas paragens, em hora de ponta trabalhadores e estudantes estão a ficar prejudicados por falta de viaturas circulantes ou lugares disponíveis nas que são utilizadas, utentes que têm de se deslocar várias paragens distantes da sua para conseguir apanhar lugar, os horários escolares não estão a ser efetuados na totalidade e crianças que têm ficado nas paragens tendo de recorrer a transportes privados para se deslocar para a escola.

Também no que diz respeito ao controlo da rede, uma das grandes inovações deste sistema, também pouco ou nada funciona. Ainda existem

viaturas que não têm display exterior com informação do número da carreira, logo, dificilmente os utentes as conseguem identificar, continuando a subsistir falhas no sistema de bordo de controlo da bilhética. Continua a não existir dados que devem ser fornecidos pelos sistemas de navegação das viaturas, logo não é possível aferir acerca da real prestação dos serviços, impossibilitando a TML de aferir em tempo real e com fiabilidade, qual o nível de serviço que é prestado, o que, num contrato onde a remuneração do serviço é paga ao Km realizado, é muito grave! Mais incompreensível ainda, é o facto de as escalas dos motoristas serem elaboradas em papel, à mão, sem existir um sistema informático para este efeito com todo o potencial de possíveis erros que este sistema acarreta.

O estado a que chegou este mau serviço de transportes rodoviários é completamente inaceitável e assume contornos de uma gravidade extrema. Os incómodos e os transtornos causados a milhares de pessoas, diariamente, decorrentes deste funcionamento caótico, têm de ter consequências e não podem ficar impunes.

Neste momento, em nome da população e dos seus superiores interesses, o Município continua a cooperar tecnicamente com a TML, tentando no limite das suas capacidades e muitas vezes, além das suas responsabilidades, fazer parte da solução.

Reiteramos, que continuamos a acreditar nas premissas iniciais deste processo e que ele é o caminho para um melhor, mais moderno e sustentável sistema de transportes públicos, mas, caso a situação não se inverta rapidamente, deixaremos de estar disponíveis para continuar a financiar este sistema.

A Câmara Municipal de Alcochete, reunida a 28 de setembro de 2022, exige à AML, à TML e à empresa Alsa Todi:

- Que sejam tomadas medidas concretas com vista à urgente normalização do sistema de transportes públicos rodoviários, recorrendo, se necessário, à contratação de serviços externos à empresa, quer de motoristas, quer de viaturas, para suprir no imediato as graves falhas de serviço já enumeradas

e até que os motoristas contratados tenham condições de entrar em circulação;

- Que sejam aferidas e aplicadas à empresa todas as penalidades previstas em contrato, pelo flagrante incumprimento para com o nosso município, a sua população e demais municípios da área 4;

- Que sejam assacadas todas as responsabilidades desta situação, em todos os níveis hierárquicos, e que as mesmas sejam assumidas até às últimas consequências.

Mais se propõe dar conhecimento da presente Moção às seguintes entidades:

Sua Excelência, o Presidente da República;

Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República;

Sua Excelência, o Primeiro-Ministro;

Sua Excelência, o Ministro das Infraestruturas e da Habitação;

Grupos Parlamentares da Assembleia da República;

Área Metropolitana de Lisboa;

Câmaras e Assembleias Municipais dos Municípios da área 4;

Assembleia Municipal de Alcochete;

Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Alcochete;

Transportes Metropolitanos de Lisboa;

Alsa Todi;

Comunicação social;

Agrupamento de Escolas de Alcochete;

FAPEECA – Federação das Associações de Pais e Encarregados de

Educação do Concelho de Alcochete

Os Eleitos do Partido Socialista na Câmara Municipal de Alcochete

Alcochete, 28 de setembro de 2022